

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 02612-2/2025

RESPOSTA AO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

Com base nos termos do Edital do **Pregão Eletrônico nº 01/2026** da Assembleia Legislativa de Sergipe, seguem as respostas aos seus questionamentos:

1. Além do desconto sobre a taxa DU/TEB, será permitido desconto sobre o valor do bilhete?

Não. O critério de julgamento e a formulação da proposta de preços incidem exclusivamente sobre o valor de remuneração da agência (Taxas DU e TEB). O edital especifica que os licitantes devem encaminhar a proposta considerando a incidência do desconto ofertado sobre o valor estimado para a taxa DU/TEB. Em relação ao valor das passagens (bilhetes), a obrigação da contratada é assegurar o repasse de todos os descontos e vantagens oferecidos pelas companhias aéreas (tarifas promocionais) integralmente ao contratante. Vejamos as disposições editalícias:

2. DO OBJETO, DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E ESTIMATIVA

[...]

2.3. O critério de julgamento será o maior desconto sobre o valor de remuneração pago às agências de viagem na emissão de cada bilhete, comumente designado de DU para passagens nacionais e TEB para passagens internacionais. Este valor será calculado através da estimativa anual de contrato descrita na tabela abaixo:

[...]

5. DO ENVIO DA PROPOSTA, ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.

5.9. As propostas deverão ser formuladas em moeda corrente, considerando a incidência do desconto ofertado sobre o valor estimado para a taxa DU/TEB, consoante descrito no Termo de Referencia. Será considerada vencedora a licitante que oferecer a proposta de maior percentual de desconto.

5.9.1. O desconto oferecido incidirá, inclusive, sobre os descontos fornecidos pelas companhias aéreas (tarifas promocionais);

5.9.2. O desconto não incidirá sobre o valor de eventuais despesas decorrentes de mudança de horário, cancelamento de

passagens ou outras ocorrências que impliquem na reemissão de passagem.

5.9.3. O percentual de desconto oferecido pelas empresas licitantes deverá ser único, não podendo ser diferenciado com referência às diversas empresas aéreas.

5.10. Para fins de cadastramento de propostas eletrônicas e oferta de lances durante a sessão de disputa, somente serão consideradas os valores da Taxa DU/TEB.

5.10.1. O critério de julgamento será o maior desconto sobre o valor de remuneração pago às agências de viagem na emissão de cada bilhete, comumente designado de DU para passagens nacionais e TEB para passagens internacionais. Este valor será calculado através da estimativa anual de contrato descrita na tabela abaixo:

2. Qual o percentual de desconto máximo aceitável?

O edital não estabelece um percentual de desconto máximo, mas define um percentual mínimo aceitável de 20,00% sobre o valor máximo estimado da Taxa DU/TEB. Vejamos a previsão editalícia:

5.10.2. O percentual mínimo de desconto aceitável é de 20,00 % (vinte por cento sobre o valor máximo estimado da Taxa DU/TEB). Propostas que apresentem descontos inferiores ao estabelecido neste item serão consideradas inaceitáveis, ensejando a sua desclassificação do certame.

3. Será utilizado o critério de regionalidade para desempate?

Sim, mas como um critério subsidiário. O edital segue a ordem de desempate da Lei nº 14.133/2021:

5.28. CRITÉRIOS DE DESEMPATE 5.28.1. Havendo eventual empate entre proposta ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei n.º 14.133/2021, seguindo esta ordem:

[...]

5.28.1.5. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

a) Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual



**ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA**
ESTADO DE SERGIPE

ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

- b) Empresas brasileiras;
- c) Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d) Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei n.º 12.187/2009.

Por oportuno, informo que o pedido de esclarecimento e resposta serão registrados no LICITANET e no sítio eletrônico da ALESE, para fins de transparência e publicidade.

Aracaju/Se, 14 de janeiro de 2026.


Josiane de Oliveira Costa
Pregoeira Oficial